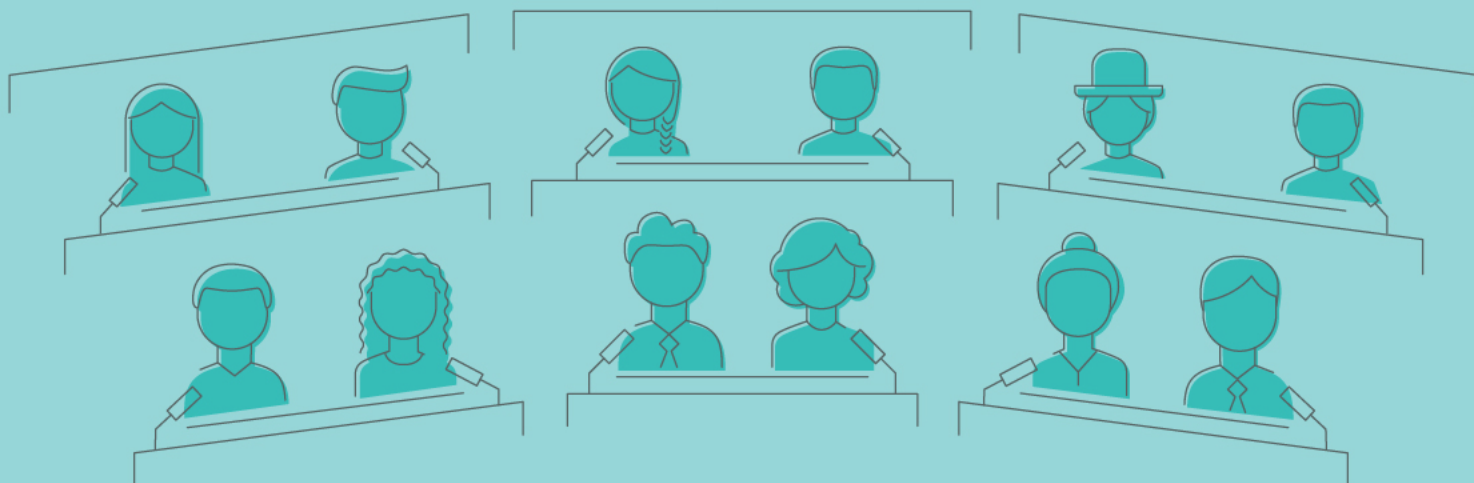


PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROCESSO LEGISLATIVO



Canada 

Esta publicação foi possível graças ao apoio financeiro do Governo do Canadá.

Sobre o ParlAmericas



ParlAmericas é a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR NO SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas é composto pelas **LEGISLATURAS NACIONAIS** dos Estados membros da OEA da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe



ParlAmericas facilita o intercâmbio das **MELHORES PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



ParlAmericas transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando em favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas apoia as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas tem sede em **OTTAWA, CANADÁ**

Índice

Plano de co-criação do kit de ferramentas	6
Colaboradores	8
Introdução	9
Objetivo	9
O uso do kit de ferramentas	9
Definição de participação cidadã	10
Importância da participação cidadã	10
Escada de participação	11
Panorama geral da participação cidadã no processo legislativo	12
Desenvolvimento da estratégia de participação cidadã	15
Princípios da participação cidadã	16
Recursos de apoio à participação cidadã	17
Formação cidadã e promoção da participação	18
Programas ou campanhas de sensibilização	18
Centros de participação cidadã, departamentos de comunicação	19
Websites de parlamentos	19
Programas educativos para a infância e a juventude	20
Reuniões locais	20
Visitas ao Parlamento e comparecimento às sessões	21
Apoio ao trabalho das organizações da sociedade civil	21
Incentivos à participação	22
Meios de comunicação	22
Redes sociais	23
Acesso à informação	23

Oportunidades para a participação cidadã	24
Atividades presenciais	24
Centros de participação cidadã	25
Reuniões ad-hoc ou workshops com organizações da sociedade civil	24
Órgãos institucionais	26
Difusão pública	26
Reuniões locais	27
Grupos focais	27
Audiências de comissão e participação ou apresentação como depoimentos, especialista ou partes interessadas	28
Reuniões ou assembleias cidadãs	28
Escritórios regionais e semanas de representação	29
Convenções partidárias, reuniões políticas e comitês regionais	29
Ferramentas digitais	30
Propostas cidadãs e petições on-line	31
Portais on-line e aplicativos móveis	32
Contato virtual com parlamentares	33
Relatórios on-line à comissão	33
Consultas on-line	33
Mídias tradicionais e redes sociais	34
Redes Sociais	35
Televisão e rádio	35
Estudo de modelos de co-criação	36
Marco jurídico da participação cidadã	38

Plano de co-criação do kit de ferramentas

Atualizações do documento de trabalho
A Secretaria Internacional do ParlAmericas atualizou o documento de forma a que ele refletisse as contribuições e ideias compartilhadas durante a 1ª reunião de co-criação.

2º Encontro da Rede de Parlamento Aberto (RPA) em San José, Costa Rica
As mesas redondas durante o encontro serviram de base para a versão preliminar do documento de trabalho.

Atualizações do documento de trabalho
A Secretaria Internacional do ParlAmericas atualizou o documento de forma a que ele refletisse as contribuições e as ideias compartilhadas durante a 2ª reunião de co-criação.

março
2017

abril
2017

junho a julho
2017

setembro
2017

setembro
2017

setembro
a outubro
2017

1ª reunião de co-criação: kit de ferramentas sobre participação cidadã, em Bogotá, Colômbia
Delegações parlamentares e representantes da sociedade civil da América Latina trocaram ideias sobre a versão preliminar do documento de trabalho sobre os mecanismos de participação cidadã.

2ª reunião de co-criação: kit de ferramentas de participação cidadã, em Porto Espanha, Trinidad e Tobago
Delegações parlamentares e representantes da sociedade civil do Caribe e de países de língua inglesa da América Central e do Sul trocaram ideias sobre a versão preliminar do documento de trabalho.

Consulta on-line e processo de validação
O texto da versão preliminar foi publicado on-line no "Google Documents", permitindo que as delegações parlamentares e representantes da sociedade civil comentassem e fizessem sugestões adicionais.

Atualizações do documento de trabalho e revisão final pelo Comitê Executivo da RPA

A Secretaria Internacional do ParlAmericas atualizou o documento que agrupa os comentários recebidos on-line e apresenta o rascunho final para revisão e aprovação pelo Comitê Executivo da RPA.

Convite aos parlamentos membros para revisar a versão final

A Secretaria Internacional do ParlAmericas enviou a versão final para a revisão e contribuições finais dos parlamentos.

Lançamento do kit de ferramentas

O kit de ferramentas é apresentado durante a 3ª Reunião da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas, em Lima, Peru.

outubro a novembro 2017

novembro 2017 a janeiro 2018

fevereiro 2018

fevereiro a março 2018

abril 2018

Compilação e sistematização de leis e disposições regulamentares sobre mecanismos de participação cidadã nas Américas e no Caribe

A Secretaria Internacional do ParlAmericas sistematizou e compilou leis e regulamentos sobre participação cidadã em processos legislativos.

Diagramação do kit de ferramentas

A Secretaria Internacional do ParlAmericas formata a publicação.

Colaboradores

Parlamentos



Barbados



Belize



Chile



Colômbia



Costa Rica



Equador



Granada



Guiana



Honduras



Jamaica



Nicaragua



Panamá



Peru



Santa Lúcia



São Vicente e
Granadinas



Suriname



Trinidade
e Tobago

Organizações internacionais e da sociedade civil



CIUDADANO
INTELIGENTE.ORG



Introdução

Objetivo

Cidadãos e cidadãs em todo o mundo têm exigido oportunidades para exercer seus direitos democráticos a fim de participar das decisões públicas que os afetam, além da eleição de seus representantes para o parlamento. Esta participação é fundamental na agenda de abertura legislativa; ela não procura reduzir ou substituir funções parlamentares, mas tão somente tentar contribuir para o debate com o objetivo de melhorar a qualidade das decisões. Embora dentro dos parlamentos tenham sido estabelecidos vários espaços para receber as contribuições da cidadania, dentro dos processos de tomada de decisão, as e os legisladores das Américas e do Caribe reconhecem a importância e a necessidade da participação cidadã e estão se empenhando em melhorar essas oportunidades de participação

através da adoção do **Roteiro para a Abertura Legislativa do ParlAmericas**¹.

Este kit de ferramentas apresenta uma amostra das práticas existentes com o objetivo de envolver e engajar a cidadania no trabalho parlamentar nas Américas e no Caribe e, assim, refletir sobre as oportunidades identificadas através de processos legislativos. Com isso, busca-se incentivar um diálogo construtivo envolvendo legisladores e a sociedade civil para facilitar a evolução de tais práticas, além de reconhecê-las e mitigar os desafios e os riscos para sua implementação.

O uso do kit de ferramentas

Este kit de ferramentas foi desenhado como uma compilação que permite uma leitura fácil das tendências e práticas atuais relacionadas à participação cidadã no processo legislativo, e também inclui os links dos exemplos citados. As experiências aqui mencionadas não se destinam a ser uma lista exaustiva de todos os recursos disponíveis, nem significam que as práticas escolhidas foram necessariamente validadas como boas práticas.

Para as e os usuários deste kit de ferramentas interessados em explorar um mecanismo específico em maior profundidade, a Secretaria Internacional do ParlAmericas poderá facilitar o contato com os parlamentos correspondentes para que estes compartilhem suas experiências, incluindo as vantagens e desvantagens do mecanismo em questão.

O kit de ferramentas está dividido em três partes:

A primeira parte oferece uma visão geral das possíveis formas de envolvimento da cidadania nas várias etapas do processo legislativo e, mostra como os atores políticos podem desenvolver estratégias para promover a participação cidadã;

A segunda parte fornece exemplos de como iniciativas e mecanismos de participação cidadã estão sendo aplicados na região. Estas iniciativas são organizadas sob dois tipos de envolvimento: (1) orientação da cidadania no uso dos mecanismos a sua disposição; e (2) espaços que permitem que a cidadania participe em diferentes estágios do processo legislativo;

A terceira parte explora os marcos legais.



Consulte a versão on-line deste Kit de ferramentas para obter informações adicionais das práticas descritas nos links indicados².

¹Roteiro para a Abertura Legislativa, ParlAmericas (www.parlamericas.org)

²Kit de ferramentas Participação Cidadã no Processo Legislativo, ParlAmericas (www.parlamericas.org)

Definição de participação cidadã

A Escada de Participação mostra os diferentes níveis de participação cidadã a serem aplicados. Embora sejam representados sob a forma de etapas, alguns níveis de participação podem ser mais eficazes do que outros em diferentes fases do processo legislativo e, o objetivo de uma estratégia de participação cidadã não deve ser, necessariamente, empoderar os cidadãos em cada situação.

Este kit de ferramentas centra-se na aplicação de mecanismos de **consulta, envolvimento e colaboração** com a cidadania. Assim, mecanismos de informação para os cidadãos e cidadãs,

Participação cidadã³

Envolvimento ativo dos cidadãos e cidadãs nos processos legislativos de tomada de decisão, que lhes permitem contribuir com as decisões que podem ter um impacto sobre suas vidas.

um requisito básico para permitir todas as outras formas de participação efetiva, e mecanismos de democracia direta que capacitam a cidadania a tomar decisões por conta própria, não serão o objetivo central desse documento.

Importância da participação cidadã

Além de responder às expectativas da cidadania, cujas opiniões devem ser consideradas, a participação cidadã pode contribuir para:

- **Reforçar a inteligência coletiva** que fornece uma melhor análise dos impactos potenciais e uma maior variedade de considerações ao longo do processo legislativo para alcançar melhores resultados
- **Tomada de decisões** parlamentares mais inclusiva e representativa
- **Aumento da confiança** da cidadania no parlamento
- **Fortalecimento da legitimidade** e a corresponsabilidade das decisões e ações
- **Aumento da compreensão** cidadã sobre o papel do parlamento e dos legisladores e legisladoras
- **Oportunidades** para os cidadãos e cidadãs de comunicarem os seus interesses legítimos
- **Parlamentos mais transparentes** e que prestam contas

Diferenciando a cidadania das organizações da sociedade civil⁴

As organizações da sociedade civil são definidas como sendo todas as organizações sem fins lucrativos e não estatais, fora da família, onde as pessoas se organizam para defender interesses comuns na esfera pública. Os exemplos incluem organizações comunitárias e associações de cidades, grupos ambientais, grupos de direitos das mulheres, associações de agricultores, organizações religiosas, sindicatos, cooperativas, associações profissionais, câmaras de comércio, institutos de pesquisa independentes e organizações de mídia sem fins lucrativos.

³Roteiro para a Abertura Legislativa, ParlAmericas (www.parlamericas.org)

⁴ONGs e OSCs: uma nota sobre a terminologia, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (www.undp.org)

Cidadania

Poder de tomada de decisão

Legisladores



Empoderar

Pedir à cidadania que tome a decisão



Colaborar⁶

Trabalhar com a cidadania para identificar soluções viáveis e tomar decisões em conjunto



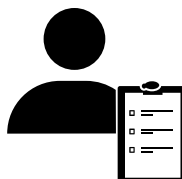
Envolver

Incluir a cidadania em uma relação bidirecional e que considere suas contribuições na tomada de decisões



Consultar

Solicitar a feedback da cidadania e levar em conta os comentários apresentados no processo de tomada de decisão



Informar

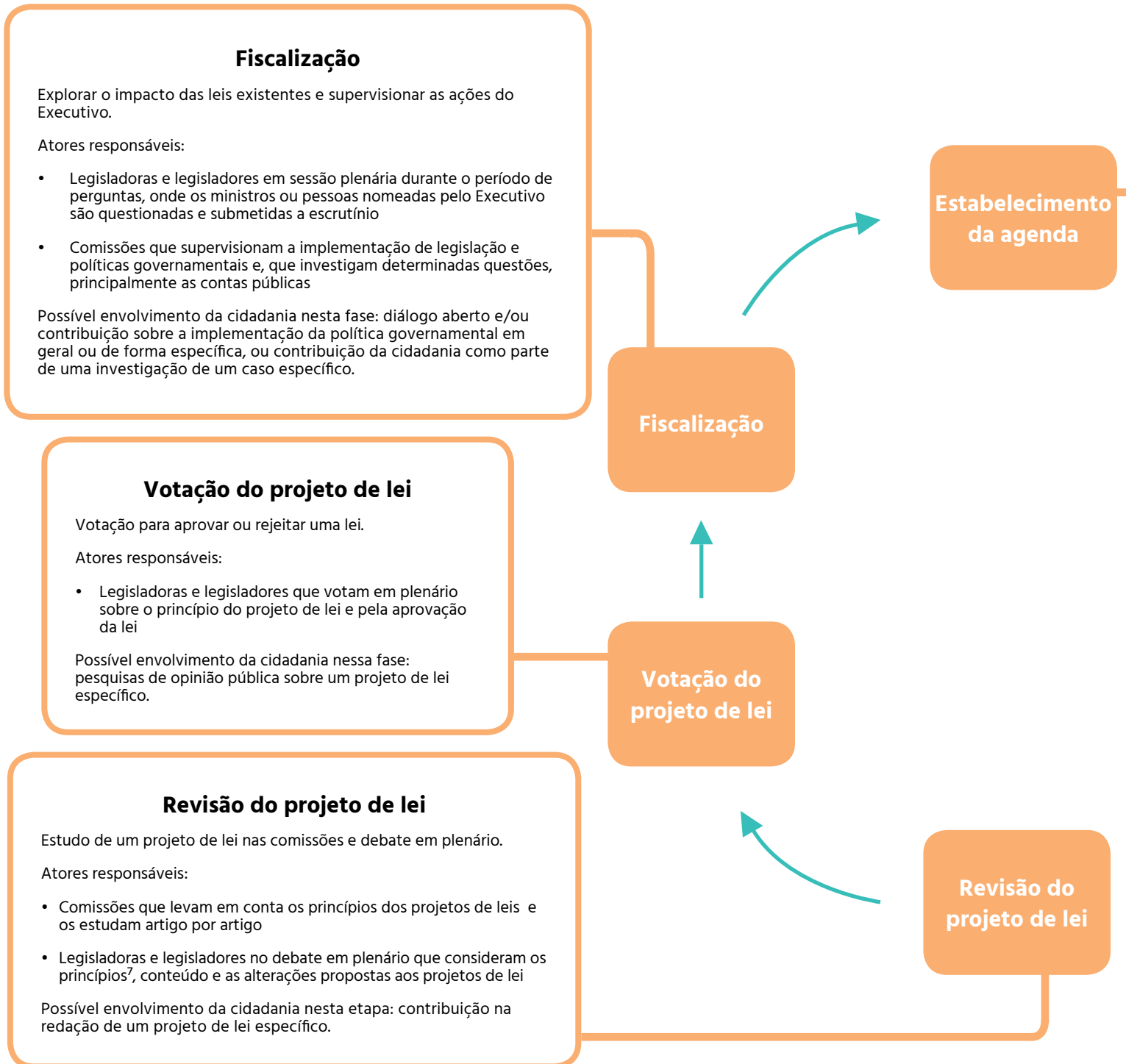
Informar a cidadania sobre seus direitos e responsabilidades e sobre as decisões adotadas a fim de fortalecer a compreensão e criar consciência pública

⁵Uma adaptação do documento “Escada de Participação Cidadã” (Ladder of Citizen Participation) de Sherry Arnstein (1969) elaborada pelo Citizen Lab (www.citizenlab.org)

⁶A co-criação é uma nova forma de colaboração desenvolvida pela Aliança para o Governo Aberto (www.opengovpartnership.org)

Panorama geral da participação

Existem oportunidades para envolver a cidadania em várias etapas do processo legislativo, que podem ser coordenadas por diferentes atores responsáveis por cada fase do processo. Considerando o tipo de contribuição solicitada em cada fase, e as responsabilidades de acordo com os atores correspondentes, uma metodologia apropriada e uma combinação de mecanismos podem ser determinados para obter efetivamente as contribuições dos cidadãos e cidadãs.



⁷Nos sistemas parlamentaristas, o princípio ou tema de cada lei é lido na sessão plenária, onde é determinada a qual comissão ou comissões o projeto será direcionado.

cidadã no processo legislativo

Estabelecimento da agenda

Inclusão de questões específicas como prioridades de políticas públicas.

Atores responsáveis:

- Partidos políticos que desenvolvem plataformas políticas
- Legisladores e legisladoras em nome dos seus eleitores
- Comissões que definem suas agendas
- Presidência ou Mesa Diretora que define a agenda plenária
- Frentes parlamentares⁸
- Gabinetes e instituições públicas que determinam as prioridades legislativas governamentais

Possível envolvimento da cidadania nesta fase: diálogo aberto que permita identificar problemas e sugestões através de soluções legislativas.

Desenvolvimento do conteúdo do projeto de lei

Desenvolvimento do conteúdo do projeto de lei

Determinação dos principais componentes da legislação específica.

Atores responsáveis:

- Gabinete ministerial e instituições públicas que têm o poder de propor leis
- Legisladores e legisladoras que propõem projetos de lei⁹
- Comissões e assessoria jurídica do parlamento responsável pela elaboração de relatórios que servirão de base para a elaboração dos projetos de lei

Possível envolvimento da cidadania nesta fase: contribuição sobre um tema específico e sugestão de soluções legislativas.

Elaboração do projeto de lei

Elaboração do projeto de lei

Redação legal do texto de uma lei.

Atores responsáveis:

- Gabinete ministerial, instituições públicas e departamentos legais competentes para redação legal
- Legisladoras, legisladores e assessoria jurídica do parlamento que elaboram projetos de leis privados nos sistemas parlamentaristas
- Comissões e assessoria jurídica do parlamento responsáveis pela redação de uma lei nas comissões

Possível envolvimento da cidadania nesta etapa: contribuição para o texto a ser incluído num projeto de lei específico.

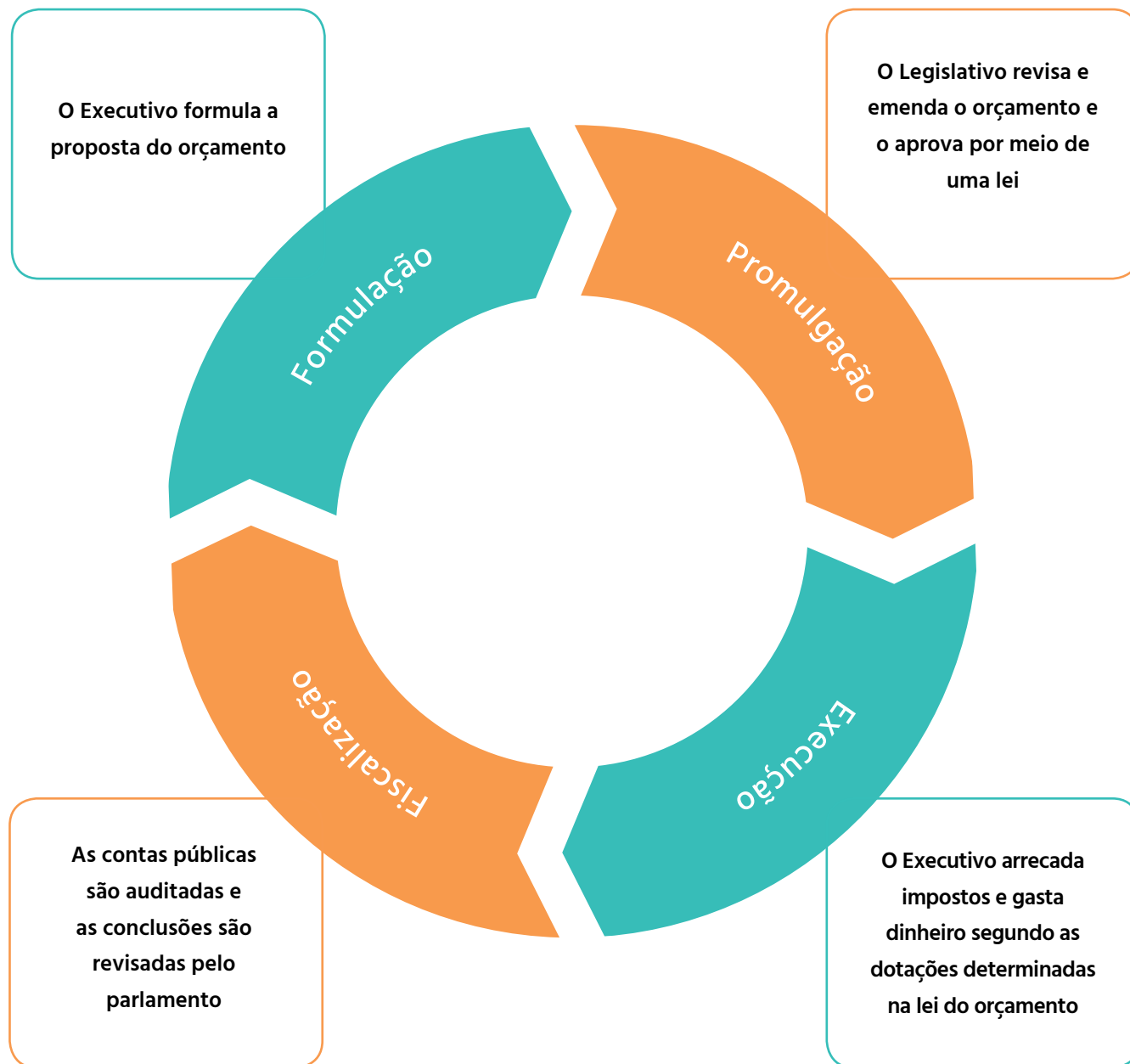
⁸Órgãos parlamentares compostos de pessoas do mesmo partido político ou de um grupo de legisladores de diferentes partidos, dedicados a abordar um tema específico (por exemplo: grupos para a igualdade de gênero) ou para melhorar a representação regional.

⁹Nos sistemas parlamentaristas, os projetos de lei podem ser apresentados de diferentes maneiras pelos legisladores e legisladoras. Em alguns casos, parlamentares podem apresentar esses projetos sem a necessidade de serem apoiados pelas assinaturas de sua bancada ou por um número específico de legisladores (esse mecanismo é chamado private members' bills), ao contrário do que acontece nos sistemas presidencialistas.

Ciclo orçamentário

O processo orçamentário é um componente importante da função legislativa. Embora o Poder Executivo formule a proposta de orçamento, o Legislativo pode fazer algumas modificações de acordo com a lei do país, bem como aprová-lo. O orçamento é um

assunto muito técnico devido a sua natureza geral e financeira. No entanto, existem oportunidades para envolver os cidadãos nas quatro fases do processo¹⁰:



Embora o kit de ferramentas forneça alguns exemplos de participação no processo orçamentário, convidamos você a consultar o **Guia de Princípios de Participação Pública da Iniciativa Global para Transparência Fiscal**¹¹, que fornece

uma visão geral das estratégias e mecanismos disponíveis para integrar a participação dos cidadãos e cidadãs em cada etapa do processo financeiro.

¹⁰ Gráfico baseado em Making The Most of The Budget Cycle: The Budget Formulation Stage, International Budget Partnership (www.internationalbudget.org)

¹¹ Guia de Princípios de Participação Pública, Iniciativa Global para a Transparência Fiscal. (www.fiscaltransparency.net)

Desenvolvimento da estratégia de participação cidadã

As estratégias de participação cidadã podem ser desenvolvidas separadamente, dependendo de cada ator responsável pelas diferentes etapas do processo e/ou, baseadas nas temáticas. Essas estratégias precisam considerar algumas leis e regulamentos - incluindo regulamentos parlamentares - que regem a participação cidadã. Podem também incluir um plano para promover oportunidades de participação e incentivos, bem como identificar metodologias e mecanismos específicos a serem aplicados. A cidadania, por outro lado, pode estar envolvida no desenvolvimento dessas estratégias para criar um senso de copropriedade e garantir que atinjam suas expectativas.

Os **partidos políticos** podem focar em melhorar as oportunidades para que os cidadãos e cidadãs contribuam com o desenvolvimento de plataformas políticas.



Legisladores devem se esforçar para melhorar suas relações com seus representados, se fazendo mais acessíveis e se envolvendo mais ativamente em discussões com a cidadania, por meio, também, de escritórios locais nas suas circunscrições.



Quando estabelecer a sua agenda, as **comissões** podem focar-se em convidar a cidadania a contribuir com um tema específico ou um projeto de lei que está sendo estudado.



O **parlamento**, por meio da comissão responsável pelos procedimentos legislativos, participação cidadã e gestão interna, pode estabelecer oportunidades para que a cidadania contribua em nível institucional com propostas cidadãs, perguntas das e dos cidadãos e cidadãs ao plenário ou a uma comissão, portais parlamentares, etc., e criar uma lista de mecanismos que os legisladores e comissões possam aplicar no seu trabalho; o parlamento também pode criar uma resolução para que as comissões engajem a cidadania e aloquem recursos que apoiem esses esforços.



As **frentes parlamentares** podem focar-se em incluir a cidadania na definição de suas prioridades e na recompilação de dados de primeira linha.



Na prática

Metodologia de Consulta Pública sobre Transparência Ativa, Conselho para a Transparência do Chile: Metodologia para consulta pública que inclui tutoriais para transparência ativa que contém pesquisas on-line, um workshop para especialistas, depoimentos (entrevistas) e grupos focais.



Ferramentas de consulta para os grupos e pessoas interessadas, Comissão Europeia (ec.europa.eu/)

Avaliação das expectativas da cidadania no desenvolvimento de um projeto piloto sobre participação no orçamento, Open Caribbean Institute e Escola de Negócios e Administração de Mona, Universidade das Índias Ocidentais: As pesquisas foram realizadas através de telefones celulares e grupos de discussão para entender melhor o que o orçamento significa para os cidadãos e cidadãs em suas vidas diárias e, como um projeto de orçamento participativo poderia ser implementado para atender as suas expectativas.

Princípios da participação cidadã

Abaixo está uma adaptação dos princípios de participação cidadã na política fiscal da **Iniciativa Global para a Transparência Fiscal**.¹² Esses princípios visam guiar parlamentos e

parlamentares no desenvolvimento de estratégias para melhorar a participação cidadã no processo legislativo:

Abertura

Fornecer informações completas e responder com respeito ao propósito, alcance, restrições, resultados desejados, processos, prazos e resultados reais de participação, além das etapas seguintes.

Respeito pela auto-expressão

Permitir e ajudar pessoas e comunidades, inclusive as diretamente afetadas, a articular seus interesses a sua própria maneira e a escolher os meios de participação que preferem, reconhecendo que pode haver grupos que representam outros.

Transparência

Fornecer todas as informações relevantes para apoiar cada instância de participação cidadã, destacando e informando sobre escolhas e concessões-chave, identificando potenciais impactos ambientais, econômicos e sociais, e incorporando uma diversidade de perspectivas; fornecer feedback oportuno e específico sobre as contribuições da cidadania e como elas foram incorporados nos projetos de lei.

Inclusividade

Usar mecanismos múltiplos de forma proativa para alcançar e proporcionar um espaço seguro para toda a cidadania, incluindo pessoas e grupos tradicionalmente marginalizados, e vozes raramente ouvidas, sem discriminação por qualquer motivo, como nacionalidade, raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, deficiência, idade ou casta; reconhecer que diferentes canais de participação podem ser mais apropriados para diferentes grupos de interesse; e considerar as contribuições cidadãs de forma objetiva, independentemente da sua origem.

Reciprocidade

Todas as entidades estatais e não estatais que fazem parte das atividades de participação cidadã devem ser abertas sobre sua missão, interesses que procuram alcançar e a quem representam; devem observar todas as regras acordadas para a participação; e devem cooperar para alcançar os objetivos de participação.

Proporcionalidade

Usar uma combinação de mecanismos de participação que sejam proporcionais à escala e ao impacto do assunto em questão.

¹² Princípios de participação pública na política fiscal, Iniciativa Global para Transparência Fiscal (www.fiscaltransparency.net)

Acessibilidade

Facilitar a participação cidadã em geral, através da divulgação dos projetos de lei, relatórios de comissões e todas as informações importantes, utilizando mecanismos em formatos de fácil acesso, compreensão e uso, reutilização e transformação; apresente a informação de forma relevante ao quadro de referência da cidadania.

Sustentabilidade

Manter uma participação contínua e regular para aumentar o conhecimento compartilhado e a confiança mútua ao longo do tempo; institucionalizar a participação cidadã quando for apropriado e eficaz; e analisar periodicamente e avaliar experiências passadas para melhorar a participação futura.

Complementaridade

assegurar que os mecanismos de participação e envolvimento da cidadania se complementem e aumentem a eficiência dos sistemas de governo existentes e da prestação de contas.

Oportunidade

Permitir tempo suficiente nas várias fases do processo legislativo para que o público ofereça sua opinião ou contribuições; participar na fase inicial enquanto ainda existe uma ampla gama de opções abertas; e, quando apropriado, permitir mais de uma rodada de participação.

Recursos de apoio à participação cidadã

Os recursos humanos e financeiros são componentes importantes de uma estratégia de participação cidadã e, a ausência destes, pode ser um fator limitante para a realização da estratégia. A aplicação de novas tecnologias está sendo analisada para reduzir os custos dos mecanismos presenciais utilizados; no entanto, essas tecnologias apenas complementam a interação presencial. Ainda existe uma exclusão digital em todo o hemisfério, e a adoção de um sistema de participação totalmente digital não seria um método inclusivo. Ao longo deste guia prático, foram discutidas outras ideias de mecanismos presenciais profícuos, por exemplo, o uso de escritórios locais temporários em países onde as circunscrições eleitorais são muito grandes ou a infraestrutura permanente não pode ser financiada.

Para apoiar os esforços de legisladores em sua interação com a cidadania, os parlamentos também podem oferecer serviços e treinamento sobre melhores práticas e mecanismos disponíveis. Isso pode incluir oficinas e guias para parlamentares e funcionários parlamentares sobre as melhores práticas para interagir com a cidadania e/ou, oferecer conselhos e apoio de um escritório parlamentar com experiência no assunto.

Na prática

Desenvolvimento de capacidades em técnicas legislativas, Assembleia Nacional da Nicarágua:

Colaboração entre a Assembleia Nacional da Nicarágua e o Congresso do Chile para oferecer treinamento sobre elaboração de projeto de lei, uso de linguagem clara, processos de consulta cidadã e mecanismos não convencionais para compartilhar informações com o pessoal parlamentar da Nicarágua.

Formação cidadã e promoção da participação

As expectativas dos cidadãos e cidadãs nos parlamentos e nos parlamentares frequentemente se relacionam com questões que não fazem parte de suas atribuições do, o que pode dificultar a eficácia dos processos de participação cidadã. Embora tal tema possa ser tratado na educação formal, parlamentos e legisladores também podem se esforçar para educar a cidadania sobre seus papéis, funções, suas conquistas e impactos na vida da população em geral. Com isso, a participação cidadã é mais efetiva. Além disso, podem realizar esforços para conscientizar a cidadania sobre as oportunidades de participação, incentivando seu envolvimento em processos legislativos. Os seguintes mecanismos podem ser aplicados para educar a cidadania sobre o papel do parlamento e promover sua participação no processo legislativo:

Programas ou campanhas de sensibilização

Os parlamentos realizam campanhas de conscientização para instruir a cidadania sobre o papel do parlamento, bem como apresentam mecanismos de participação e/ou a promovem por meio de um processo específico. Isso pode incluir publicidade on-line ou impressa em mídia tradicional e redes sociais, por meio de folhetos ou outros tipos de documentação. As campanhas também podem ser estabelecidas em colaboração com organizações da sociedade civil.

Na prática

Instituto de capacitação parlamentar, Câmara dos Deputados da Argentina: Diploma em gestão legislativa disponível aos parlamentares e ao público em geral, que inclui vários cursos sobre o funcionamento do processo legislativo e o papel da cidadania no referido processo.

Campanha de sensibilização sobre a Lei de Liberdade de Informação, Citizens for a Better Bahamas: Na véspera dos debates parlamentares sobre o novo projeto de lei sobre liberdade de informação, esta organização da sociedade civil informou ao público por meio as redes sociais e mídias tradicionais sobre a importância desta lei, explicando seu impacto no cotidiano com o objetivo de aumentar a participação cidadã em reuniões locais sobre esta iniciativa.

Rota Legislativa, Assembleia Nacional do Equador:

Ônibus contendo recursos interativos com telas sensíveis ao toque que viaja pelo país criando um espaço participativo destinado à cidadania para que se informe sobre os poderes, funções e gestão da Assembleia Nacional.

O livro eletrônico Nossa Casa, Assembleia Nacional da

Guiana: Folheto eletrônico para informar ao público sobre o papel da Assembleia Nacional, com o objetivo de aumentar o interesse da cidadania pelo processo legislativo; há também uma versão para crianças.

Encontros e fóruns temáticos, Assembleia Nacional

da Nicarágua: Eventos realizados em parceria com universidades de todo o país, onde parlamentares podem interagir com a comunidade universitária para informar sobre o trabalho do parlamento.

Campanha de conscientização sobre novas leis, Senado do

Paraguai: Atividades como workshops, seminários, audiências públicas e encontros organizados pelo Escritório de Serviços Cidadãos para divulgar informações sobre novas leis.

Semana parlamentar, Parlamento do Reino Unido:

Festival anual que envolve pessoas de todo o país com o parlamento, encorajando-as a participar; os eventos são organizados pelo Parlamento e por ONG.

Revista "CrossTALK", Parlamento de Trinidad e Tobago:

Boletim oficial do Gabinete do Parlamento de Trinidad e Tobago que busca aumentar o conhecimento da cidadania sobre o trabalho do parlamento e promover a interação.

Centros de participação cidadã, departamentos de comunicação

O escritório de participação cidadã, ou departamento de comunicação, pode ter várias competências, desde educar a cidadania sobre o papel do parlamento até a divulgação de informações sobre o trabalho do parlamento e a coleta de contribuições diretas das e dos cidadãos e cidadãs no processo legislativo.

Na prática

Oficina de Participação Cidadã, Assembleia Nacional da Nicarágua: Unidade parlamentar que divulga informações de interesse sobre o trabalho legislativo, bem como promove espaços de diálogo com a cidadania.

Direção Nacional para a Promoção da Participação Cidadã, Assembleia Nacional do Panamá: Unidade parlamentar responsável pela promoção da apresentação de propostas e pareceres da cidadania sobre supervisão governamental.

Escritório de Atenção à Cidadania, Senado do Paraguai: Escritório parlamentar responsável pelo fortalecimento da legitimidade institucional do Congresso através do livre acesso à informação pública e participação cidadã, que também é responsável pela coordenação das audiências públicas.

Escritório de participação cidadã, Congresso do Peru: Escritório parlamentar responsável por informar a cidadania sobre as funções e os processos parlamentares, bem como canalizar a participação das e dos cidadãos e cidadãs através de propostas legislativas, opiniões, pedidos, etc.

Departamento de comunicações corporativas, Parlamento de Trinidad e Tobago: Departamento parlamentar responsável pela oferta de programas de extensão, criação de publicações e materiais educacionais, e prestação de serviços a parlamentares, a fim de estabelecer e manter canais de comunicação eficazes com a cidadania.

Websites dos Parlamentos

Como um centro de informação, os sites dos parlamentos podem incluir uma seção que tenha o objetivo de instruir a cidadania sobre o papel do parlamento, o trabalho e os impactos de suas decisões na sociedade, bem como seções que expliquem os mecanismos pelos quais a cidadania pode participar do processo legislativo. Os parlamentos também podem anunciar essas páginas on-line e através das redes sociais para atrair visitantes.

Na prática

Como as leis são feitas, Assembleia Nacional de Belize: Website que explica o processo legislativo e o papel de atores-chave no parlamento e no governo.

Como funciona o Parlamento e Participação, Parlamento do Canadá: Websites que apresentam as funções e a história do Parlamento, recursos educacionais, atividades para jovens e professores, bem como descrições das formas como a cidadania pode participar no processo legislativo.

Sobre a Câmara dos Deputados e Perguntas Frequentes, Câmara dos Deputados do Chile: Website que apresenta as funções e a história do Congresso e fornece respostas às perguntas mais frequentes.

Aba Assembleia, Assembleia Nacional do Equador: Aba do website que descreve as diferentes instâncias da Assembleia Nacional, suas atribuições e funções, bem como seus membros.

Missão, visão, valores e princípios da Assembleia Nacional da Nicarágua: Site que apresenta a missão, visão, valores e princípios da Assembleia Nacional, além de fornecer informações relacionado ao trabalho do parlamento.

Programas educativos para a infância e a juventude

A aprendizagem sobre o papel e o valor do parlamento em uma idade precoce pode preparar crianças e jovens para se tornarem cidadãos e cidadãs politicamente ativos. Esses programas podem ser feitos de forma virtual ou presencial e incluem interações com parlamentares, jogos, simulações de processos legislativos, prêmios e materiais interativos adaptados para crianças e jovens.

Na prática

Parlamento Jovem, Parlamento de Barbados: Simulação de sessões parlamentares realizadas no parlamento e transmitidas ao vivo para jovens, visando proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e uma melhor compreensão dos procedimentos parlamentares.

Torneio estudantil “Delibera”, Congresso de Chile: Competições interescolares onde equipes de estudantes (entre 12 e 17 anos) assumem o papel de parlamentares, propõem leis e, deliberam para resolver questões importantes.

Projeto Assembleia no meu Colégio, Assembleia Nacional de Equador: Simulação de sessões de comissões parlamentares onde os alunos assumem o papel de membros da assembleia de um colégio específico (dependendo da edição), propõem leis e debatem para resolver questões de interesse.

Assembleia Nacional Modelo, Universidade das Américas, Equador: Simulação de sessões dentro da Assembleia Nacional, incluindo comissões e sessões plenárias, onde os estudantes universitários participam assumindo o papel de autoridades e membros da Assembleia Nacional; a iniciativa tem a participação de várias universidades no Equador.

Legisladores dos EUA retornam à escola, Congresso dos Estados Unidos: Programa educacional que começa em setembro e é mantido durante o ano letivo, em que representantes eleitos de todos os 50 estados atendem seus jovens eleitores para responder a perguntas, compartilhar ideias, ouvir preocupações e transmitir uma ampla compreensão do processo legislativo.

Livro infantil Nossa Casa, Assembleia Nacional da Guiana: Livro produzido para ensinar meninas e meninos sobre o papel da Assembleia Nacional e o trabalho que ela faz; há também uma versão para adultos.

Congresso infantil, Congresso de Honduras: Simulação de sessões parlamentares no Congresso Nacional realizadas com a ajuda do UNICEF, onde as crianças (entre 9 e 14 anos), eleitas nas escolas de todo o país, assumem o papel de parlamentares.

Programas de formação da cidadania, Congresso do Peru: O Escritório de Participação, Projeção e Ligação com o Cidadão possui vários programas que promovem o envolvimento da cidadania no processo público; destes, destacam-se os programas parlamentos universitário, os cursos virtuais e as conferências “Terça Democrática”.

Programa educacional com jogos, Assembleia Nacional do Suriname: Projeto com o objetivo de familiarizar o trabalho do parlamento com os jovens de forma lúdica através de três jogos: Webwalk, um jogo de tabuleiro e Quarteto.

Concurso Desafio da Democracia, Parlamento de Trinidad e Tobago: Concurso de televisão onde os jovens (entre 18 e 25 anos) são desafiados a responder perguntas sobre o parlamento e a democracia para ganhar prêmios.

Reuniões locais

Embora as reuniões locais possam ser realizadas com o objetivo de convidar a cidadania a participar de uma questão parlamentar específica, eles também podem ser mecanismos úteis para ensinar cidadãos e cidadãs sobre o papel e funções do parlamento, explicar o impacto das questões abordadas no parlamento na sua vida cotidiana, além de compartilhar as formas como que a cidadania pode se envolver.

Na prática

Reuniões municipais e foros públicos para informar cidadãos/cidadãs, National Integrity Action, Jamaica: Foros e reuniões presenciais realizados em várias cidades para instruir a cidadania sobre o papel do parlamento e diferentes questões governamentais, incluindo as reformas importantes do governo local.

Visitas ao Parlamento e comparecimento às sessões

Visitas guiadas aos gabinetes do parlamento acompanhadas de uma narrativa sobre a história, o papel e os processos da instituição, bem como sobre a oportunidade de participar de sessões plenárias e/ou reuniões de comitês. Essas atividades podem ser instrutivas para a cidadania e, além disso, podem contribuir para desenvolver seu interesse em participar do processo legislativo.

Na prática

Visitas guiadas, Câmara dos Deputados da Argentina: Visitas guiadas oferecidas aos indivíduos e escolas, a fim de aumentar a conscientização sobre a história e funcionamento do parlamento. O parlamento também possui um tour virtual.

Visitas guiadas e observação de sessões, Parlamento do Canadá: Visitas guiadas gratuitas oferecidas regularmente para indivíduos e escolas com a oportunidade de assistir e observar as sessões parlamentares, por ordem de chegada.

Visitas guiadas e observação de sessões, Assembleia Nacional do Equador: O projeto “Assembleia de Portas Abertas” oferece visitas guiadas ao público nas instalações da Assembleia Nacional do Equador, também disponível virtualmente no website; a cidadania pode assistir às sessões da Assembleia, mediante solicitação.

Visitas cidadãs, Assembleia Nacional da Nicarágua: Passeios guiados direcionados principalmente para estudantes de escolas primárias e secundárias, universidades, organizações sociais, instituições estatutais, entre outros; reuniões com legisladores são promovidas durante as visitas.

Visitas ao Parlamento e observação de sessões, Parlamento de Trinidad e Tobago: Visitas guiadas gratuitas oferecidas a indivíduos e escolas pelos funcionários do parlamento para o conhecimento das atividades do congresso, com a possibilidade de assistir e observar uma sessão parlamentar.

Apoio ao trabalho das organizações da sociedade civil

Parlamentares podem contribuir para a construção de uma sociedade civil sólida através da promoção e apoio ao trabalho realizado por organizações da sociedade civil, incluindo as organizações que monitoram o parlamento, bem como participando de suas atividades, contribuindo para seus projetos e incentivando a cidadania a trabalhar com elas.

Na prática

"Equal Voice", Canadá: Organização não governamental que é responsável por promover a igualdade de representação das mulheres no Parlamento do Canadá, nas assembleias legislativas provinciais/territoriais e nos conselhos municipais e comunitários; parlamentares participam ativamente de atividades e eventos para promover o trabalho da organização e para contribuir com conhecimentos especializados através de um Conselho Consultivo multipartidário.

Iniciativa cidadã para participação e boa governança, Projekta, Suriname: Iniciativa de monitoramento parlamentar em que uma organização da sociedade civil trabalhou com a cidadania para desenvolver um Manifesto para o futuro, que monitora o progresso da implementação dos compromissos assumidos pelo governo e pelo parlamento em relação ao Manifesto; os membros da Assembleia Nacional participaram de atividades de discussão de projetos e na apresentação de seus relatórios.

Incentivos à participação

Os parlamentos podem fomentar a participação da cidadã por meio de incentivos. Esses incentivos podem incluir presentes, prêmios, registro público de contribuições feitas ou até mesmo conceder aos usuários benefícios especiais on-line com base na frequência em que usam um mecanismo de participação particular.

Na prática

Portal e-Democracia, Congresso do Brasil: Portal que permite aos usuários obter diferentes benefícios através de recompensas simbólicas com base na frequência de contribuições que eles fazem.

Prêmio Nacional Colômbia Participa, Governo da Colômbia: Prêmio concedido anualmente às organizações por seu envolvimento em processos de participação cidadã em diferentes níveis de governo.

Meios de comunicação

Através de seus próprios canais de rádio e televisão, e em cooperação com canais estaduais ou privados, jornais on-line ou impressos e novas plataformas digitais como YouTube e podcasts, o parlamento pode desenvolver conteúdo para informar a cidadania sobre seu papel, funções e mecanismos disponíveis para que possam participem de seus trabalhos, além de transmitir sessões ao vivo.

Na prática

Rádio Câmara, Congresso do Chile: Estação de rádio do Congresso que transmite as sessões do parlamento e que comenta sobre o trabalho do Congresso; a Câmara dos Deputados e o Senado também transmitem on-line as sessões das comissões.

Mídia Legislativa, Assembleia Nacional do Equador: A Rádio da Assembleia é especializado em questões legislativas para educar, informar e facilitar espaços para que a cidadania participe; e a televisão legislativa especializada em atividades legislativas e na divulgação do trabalho da Assembleia Nacional.

Vídeo O Parlamento Europeu em 40 segundos, Parlamento Europeu: Vídeo no YouTube que explica o papel do Parlamento Europeu, promovido pelo parlamento através de suas diferentes contas em redes sociais.

Corporação de Radiodifusão Pública, Jamaica: Canal de televisão público que oferece transmissões ao vivo de sessões parlamentares, com interpretação para pessoas com deficiência auditiva.

Canal Parlamentar, Assembleia Nacional da Nicarágua: Meio de comunicação que oferece transmissões ao vivo das sessões plenárias, bem como de programas informativos e eventos internos e externos da Assembleia Nacional.

Canal de televisão, Congresso de Peru: Canal de televisão do Congresso do Peru em sinal aberto que também está no site do Congresso; há também uma rádio que transmite via Internet, bem como um boletim eletrônico que é fornecido gratuitamente sobre as atividades do parlamento.

Transmissão ao vivo de sessões do Parlamento no YouTube, Parlamento de Trinidad e Tobago: Canal no YouTube do parlamento que transmite ao vivo e arquiva as sessões parlamentares; também está disponível no site ParView.

Redes sociais

Os parlamentos podem divulgar informações educacionais ou atualizações sobre seu trabalho através das redes sociais, especialmente através do Facebook, Instagram, Twitter e Snap Chat; uma prática custo-efetiva. As páginas do Facebook podem ser personalizadas para incluir características específicas do parlamento e, possui também o Facebook Live, uma ferramenta gratuita que permite transmitir vídeos ao vivo e receber comentários de telespectadores durante e depois da transmissão.

Na prática

Promovendo mecanismos de participação cidadã, Senado da Colômbia: Tweets que convidam a cidadania a participar dos debates do Senado através da aplicação móvel Mi Senado.

Transmissão ao vivo no Facebook Live das sessões plenárias e das comissões, Assembleia Legislativa da Costa Rica: Transmissão ao vivo das sessões plenárias e das comissões através do Facebook Live.

Transmissão ao vivo pelas redes sociais, Assembleia Nacional do Equador: Transmissão ao vivo de sessões plenárias e das comissões no Facebook e no Twitter, bem como a publicação da agenda legislativa nas redes sociais.

Redes Sociais, Assembleia Nacional da Nicarágua: Disseminação de notícias e entrevistas relacionadas ao trabalho legislativo através do Facebook, Twitter e do canal Assembleia TV no YouTube.

Redes sociais, Senado do Paraguai: Transmissão ao vivo de sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, bem como atividades parlamentares com a participação de cidadãos e cidadãs. O Congresso tem um canal no YouTube, Facebook e Twitter.

Facebook, Parlamento de Trinidad e Tobago: Página no Facebook, onde o Parlamento promove o seu trabalho e encoraja a cidadania a assistir as transmissões ao vivo das sessões, visitarem o parlamento e participarem de trocas com os parlamentares. O Parlamento também está ativo no Twitter, Instagram e Google+.

Acesso à informação

A forma como a informação é apresentada e fornecida à cidadania pode ter um impacto na sua capacidade de compreender tais informações, bem como no seu interesse em acessá-la. Isto é particularmente importante no caso de dados orçamentários e financeiros, que são complexos de entender para pessoas leigas no assunto.

Na prática

Ferramentas de visualização Financeira, Escritório de Orçamento Parlamentar do Canadá: Um conjunto de ferramentas on-line criadas para permitir que parlamentares e cidadãos/cidadãs simulem e estimem possíveis impactos na arrecadação orçamental, ajustando as taxas de impostos federais, bem como a mudança desses impactos no orçamento do ano anterior relacionado a benefícios federais mensais, renda disponível e imposto de renda a pagar; uma dessas ferramentas também permite o controle das despesas do governo.

Openparliament.ca, Canadá: Website desenvolvido pela sociedade civil que apresenta informações sobre o trabalho do parlamento em um formato de fácil acesso.

Observatório de Despesas Fiscais, Faculdade de Administração e Economia da Universidade de Santiago do Chile e Fundação Contexto Cidadão: Projeto que desenvolve iniciativas destinadas a gerar uma avaliação cidadã do gasto público e promover uma melhor prestação de contas no Chile; inclui uma série de recursos visuais, dados, indicadores e ferramentas sobre a alocação e uso de recursos públicos.

Congresso Visível, Universidade dos Andes, Colômbia: Website desenvolvido pela academia que apresenta informações sobre o trabalho do parlamento colombiano em um formato facilmente acessível.

Aba Transparência, Assembleia Nacional do Equador: Aba do website que possui toda a informação da Assembleia Nacional, incluindo dados e processos orçamentários e financeiros, e distribuições por ano.

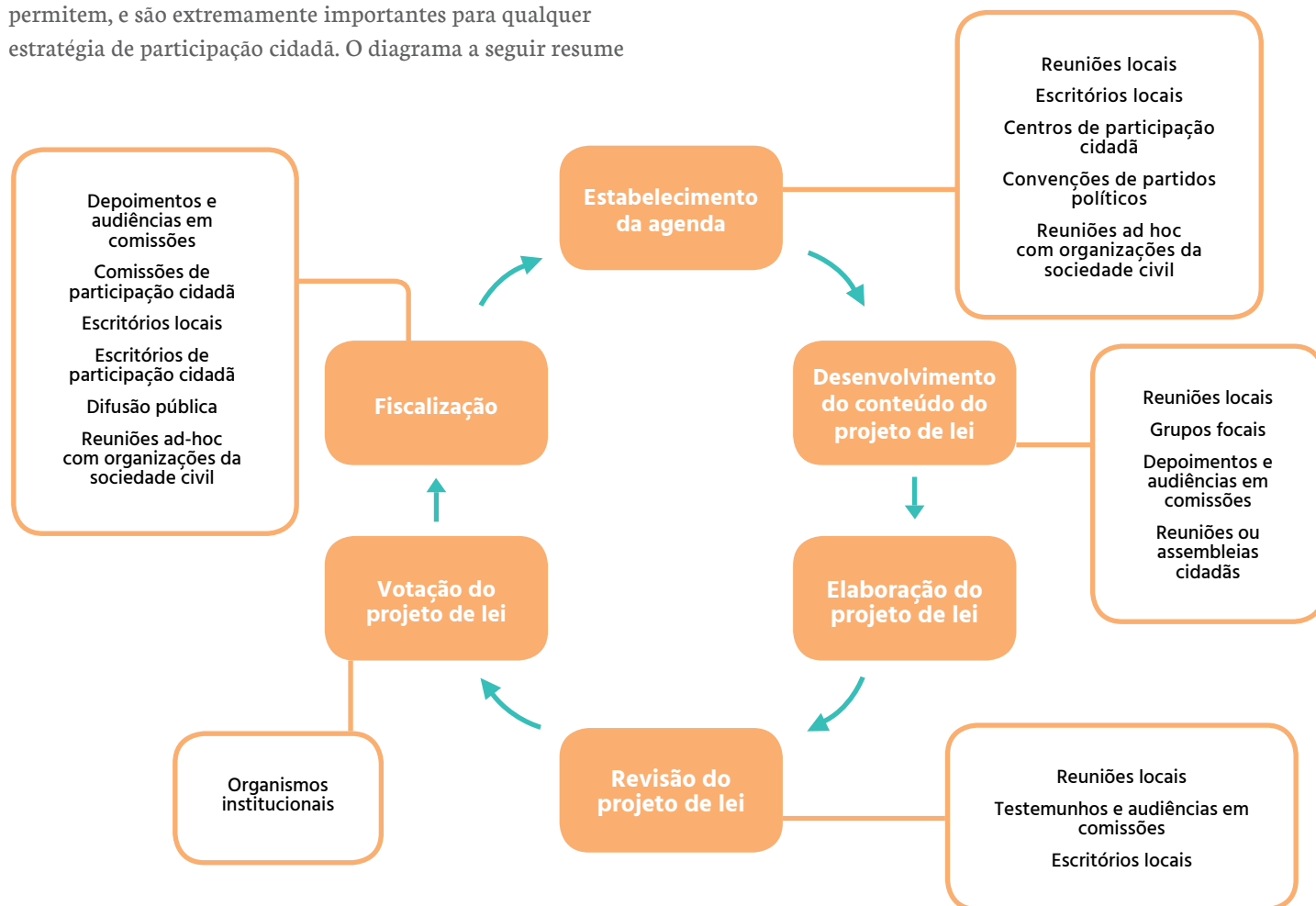
Oportunidades para a participação cidadã

As oportunidades de participação cidadã no processo legislativo geralmente consistem em petições propostas por cidadãos e cidadãs que contribuem para o estabelecimento da agenda. Contribuem também por meio de depoimentos nas reuniões das comissões para relatar estudos, desenvolvendo ou revisando projetos de lei e, interagindo diretamente com seus respectivos representantes no parlamento. O aumento das ferramentas digitais e das redes sociais, além dos meios e práticas tradicionais existentes, está criando novas oportunidades e meios pelos quais o público pode participar de processos legislativos. No entanto, é importante estar atento aos diferentes níveis de acesso às tecnologias da informação e da comunicação por parte da cidadania. Uma estratégia inclusiva de participação cidadã incorpora mecanismos presenciais e digitais para maximizar as oportunidades, bem como sua capacidade de incluir pessoas e grupos de interesse diversificados. Para proporcionar oportunidades de participação cidadã, os mecanismos que podem ser implementados são os seguintes:

Atividades presenciais

As atividades presenciais proporcionam um nível de interação e estabelecimento de relações que outros mecanismos não permitem, e são extremamente importantes para qualquer estratégia de participação cidadã. O diagrama a seguir resume

em que fase do processo legislativo os mecanismos presenciais específicos podem ser úteis.



Centros de participação cidadã

Ator responsável: Parlamento

Nível de participação: Consultar



Os centros de participação cidadã podem fornecer um espaço para cidadãos e cidadãs acessarem informações, compartilhar preocupações e apresentar propostas. Um escritório de participação cidadã pode funcionar dentro do parlamento; muitos escritórios também podem ser estabelecidos fora da capital para facilitar o acesso à população.

Na prática

Academia Parlamentar, Câmara dos Deputados do Chile (Consultar): Unidade parlamentar cuja missão é desenvolver atividades de capacitação e promover a participação social em questões políticas e parlamentares de interesse nacional.

Avaliação cidadã da lei, Câmara dos Deputados do Chile (Consultar): Departamento parlamentar responsável pelo acompanhamento do impacto das leis e pela coleta de comentários das e dos cidadãos e cidadãs sobre sua implementação por meio de diferentes meios, como foros públicos.

Centro de Extensão, Senado do Chile (Consultar): Unidade parlamentar cujo mandato é desenvolver atividades educativas para os cidadãos e cidadãs, aproximar os senadores das comunidades e aproximar o processo à cidadania.

Unidade de Coordenação de Atenção ao Cidadão, Senado da Colômbia (Consultar): Unidade parlamentar cujo mandato é informar a cidadania sobre o trabalho do Senado, receber as opiniões e reclamações dos cidadãos e coordenar as visitas ao Senado.

Departamento de Participação Cidadã, Assembleia Nacional da Costa Rica (Consultar): Departamento parlamentar cujo mandato é canalizar a participação cidadã por meio de propostas legislativas e processos de consulta, bem como promover atividades educativas sobre o papel do parlamento.

Casas da Assembleia, Assembleia Nacional do Equador (Consultar): 20 escritórios parlamentares localizados em nível nacional e 2 no estrangeiro, que organizam atividades e realizam projetos de participação cidadã com o objetivo de criar uma relação direta com a cidadania; os membros da assembleia também podem utilizar esses espaços.

Coordenação Geral de Participação Cidadã, Assembleia Nacional do Equador (Consultar): órgão parlamentar responsável pelo estabelecimento, direção, articulação, controle e avaliação de estratégias que facilitem a participação cidadã, através da pesquisa e treinamento especializado para o fortalecimento de processos legislativos e de supervisão.

Reuniões ad-hoc ou workshops com organizações da sociedade civil

Ator responsável: Parlamentares, Parlamento

Nível de participação: Envolver



Parlamentares e parlamentos podem estabelecer alianças com organizações da sociedade civil para realizar sessões de informação ou workshops em suas respectivas áreas de especialização, com o objetivo de desenvolver habilidades e conhecimentos para o parlamento e/ou para legisladores em um tópico específico.

Na prática

Sessões informativas com membros da Assembleia Nacional, Suriname (Envolver): A Projekta, uma organização da sociedade civil, organizou várias sessões informativas para membros da Assembleia Nacional sobre questões relacionadas à governança, tais como prevenção de corrupção, legislação sobre acesso à informação e igualdade de gênero; essas sessões têm sido úteis para a participação em reuniões internacionais dos parlamentares.

Órgãos institucionais

Atores responsáveis: Comissão, Parlamento

Nível de participação: Envolver, Empoderar

Os parlamentos podem dar a um órgão institucional o mandato de ouvir as preocupações da cidadania e divulgar informações sobre novas leis. Os representantes-chave das organizações da sociedade civil e da cidadania também podem fazer parte desses órgãos de forma temporária ou permanente.



Na prática

Composição do Senado de Belize (Empoderar): O Senado inclui quatro membros que representam: 1) a Câmara de Comércio e a Secretaria de Indústria e Comércio; 2) Congresso Nacional dos Sindicatos e do Comitê Diretor da Sociedade Civil; 3) o Conselho das Igrejas e a Associação das Igrejas Evangélicas; e 4) organizações não governamentais, respectivamente, que são nomeadas por recomendação do grupo que representam.

Comissão de participação cidadã e controle social, Assembleia Nacional do Equador (Envolver): Comissão cujo mandato é exigir a transparência da informação pública; participa em reuniões gerais, foros, audiências e reuniões de trabalho com cidadãos e cidadãs e organizações da sociedade civil; também aplica o conceito de “legislador por um dia” onde as e os cidadãos e cidadãs são elitos para participar das sessões da comissão.

Difusão pública

Ator responsável: Parlamento

Nível de participação: Consultar

Os parlamentos podem implementar programas institucionais de divulgação pública com o objetivo de compartilhar informações sobre seu trabalho à cidadania, realizar pesquisas presenciais e coletar comentários a serem compartilhados com as comissões parlamentares ou nas sessões plenárias.



Na prática

Divulgação pública por meio de caravana parlamentar, Parlamento de Trinidad e Tobago (Consultar): Programa de divulgação em que a equipe parlamentar viaja para diferentes partes do país para conversar com cidadãos e cidadãs, e realizar pesquisas para obter comentários sobre o trabalho do parlamento; os resultados são entregues às respectivas comissões.

Conferências sobre leis aprovadas, Assembleia Nacional da Nicarágua (Consultar): Diálogos sobre leis aprovadas pela Assembleia Nacional, que permitem conhecer em profundidade as normas legais e suas implicações.

Reuniões locais

Atores responsáveis: Legisladores e Ministros

Nível de participação: Envolver

Legisladores ou o Executivo realizam reuniões locais em suas circunscrições eleitorais em que cidadãos e cidadãs são convidados a participar de um diálogo com parlamentares e/ou funcionários públicos para compartilhar suas preocupações e fazer perguntas. As organizações da sociedade civil também podem ajudar a promover a participação e apoiar a organização dessas reuniões. Os debates podem se concentrar em preocupações gerais para o estabelecimento da agenda parlamentar ou atos de controle, ou, podem se concentrar em legislação específica de acordo com seu estágio de desenvolvimento ou revisão.

Também podem ser aplicadas metodologias diferentes, como mesas redondas, o Café Mundial, entre outros, para proporcionar oportunidades para que cidadãos e cidadãs interajam uns com outros e trabalhem para o desenvolvimento de um consenso sobre possíveis soluções legislativas.



Na prática

Reuniões locais sobre o projeto da Lei de Liberdade de Informação, Citizens for a Better Bahamas (Envolver): Reuniões locais realizadas em parceria com o governo para apresentar propostas de legislação e coletar as contribuições da cidadania com o objetivo de desenvolver recomendações adicionais que serão consideradas pelo gabinete ministerial.

Audiências públicas sobre projetos de lei ou questões de interesse público, Senado do Paraguai (Envolver): Reuniões em capitais departamentais, realizadas por iniciativa parlamentar ou cidadã, para apresentar propostas legislativas, ouvir e coletar contribuições, sugestões, modificações propostas pelos cidadãos e cidadãs.

Boa governança e prestação de contas para municípios prósperos, São Cristóvão e Nevis (Envolver): Reunião municipal anual realizada pelo primeiro-ministro e membros do gabinete ministerial federal para proporcionar uma oportunidade para a cidadania fazer perguntas e receber respostas relacionadas à política do governo.

Grupos focais

Atores responsáveis: Comissão, Ministros

Nível de participação: Consultar

As comissões parlamentares ou o Executivo podem organizar discussões moderadas com diversos grupos focais em termos demográficos, sobre propostas legislativas específicas ou tópicos de interesse que estão em estudo. Estes podem ajudar a destacar as principais preocupações do público em relação à questão em debate e sondar a opinião pública sobre as reformas propostas.



Na prática

Análise de beneficiárias/os com perspectiva de gênero do programa de assistência pública, Santa Lúcia (Consultar): Como parte das medidas para estabelecer uma plataforma de proteção social, que leva em consideração a igualdade de gênero e a infância como princípios fundamentais, o Ministério da Transformação Social, Governo Local e Empoderamento Comunitário trabalhou com a ONU Mulheres para realizar uma análise do Programa de Assistência Pública usando grupos focais para propor emendas à legislação sobre este assunto.

Audiências de comissão e participação ou apresentação de depoimentos, especialista ou partes interessadas

Atores responsáveis: Comissão

Nível de participação: Consultar, Envolver



A cidadania pode ser convidada como testemunha perante as comissões e podem oferecer sua opinião sobre o assunto em discussão. Isso pode ocorrer quando a comissão está desenvolvendo ou revisando uma proposta legislativa ou conduzindo um estudo sobre uma questão prioritária. A comissão pode propor as testemunhas ou pode ser feito um convite aberto que permita aos cidadãos e cidadãs expressarem seu interesse em participar como testemunha. Devido a considerações práticas, a comissão geralmente limita e determina a lista final de testemunhas.

Na prática

Participação de testemunhas perante uma comissão, Câmara dos Comuns do Canadá (Envolver): A Comissão pertinente da Câmara dos Comuns determina a escolha de testemunhas; no entanto, ao realizar a sessão com o formato de “reunião local”, as comissões geralmente reservam um período de tempo durante o qual os membros da audiência têm a oportunidade de fazer perguntas ou fazer comentários breves sem ter que solicitar formalmente sua participação.

Participação de testemunhas perante uma comissão, Congresso do Chile (Envolver): A comissão pertinente determina a escolha das testemunhas e as pessoas interessadas podem se inscrever no secretariado da comissão para participar ou observar a sessão.

Jornadas temáticas, Câmara dos Deputados do Chile (Envolver): Atribuição de um assunto pela comissão a ser tratado em vários dias com o objetivo de oferecer um espaço onde legisladores possam interagir com a cidadania; cada comissão deve organizar dois dias temáticos em cada período legislativo.

Projeto Assembleísta por um dia, Assembleia Nacional do Equador (Envolver): A cidadania é convidada a assumir o papel de membro da Assembleia Nacional em uma das suas comissões para realizar uma intervenção sem direito a voto.

Consulta com a cidadania sobre projetos de lei, Assembleia Nacional da Nicarágua (Consultar): As comissões da Assembleia Nacional estão habilitadas a desenvolver consultas cidadãs, passando a ser mecanismo obrigatório uma vez aprovadas pela comissão; as contribuições recebidas sobre o assunto discutido ajudam no trabalho da comissão.

Reuniões ou assembleias cidadãs

Ator responsável: Gabinete ministerial, Parlamento

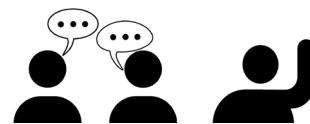
Nível de participação: Envolver, Empoderar

Uma reunião ou assembleia cidadã é composta por um painel de pessoas escolhidas aleatoriamente e representativas em termos demográficos, para estudar um tema em profundidade, discutir diferentes perspectivas, recomendar linhas de ação ou, desenvolver suas próprias soluções. Suas observações podem ser vinculativas ou não.



Jurados cidadãos, Centro Jefferson (jefferson-center.org)

Na prática



Assembleia cidadã sobre reforma eleitoral, Assembleia Legislativa de Ontário, Canadá (Empoderar): Assembleia de cidadãos e cidadãs eleitos aleatoriamente (uma por cada distrito eleitoral) que analisou o sistema eleitoral e forneceu recomendações para sua reforma, que foram apresentadas em um referendo em nível provincial.

Escritórios regionais e semanas de representação

Ator responsável: Legisladores

Nível de participação: Envolver



Legisladores podem estabelecer uma data e hora regular para que seus constituintes possam ir ou ligar para o escritório local, com o objetivo de compartilhar suas preocupações. Os parlamentos também podem fornecer aos legisladores um orçamento de viagem que lhes permita visitar os locais do distrito ou região que representam para contatar cidadãos e cidadãs que não têm condições de viajar até a sede do escritório, mediante o conceito de um escritório local de caráter “temporário”. Os parlamentos podem implementar medidas para garantir que esses escritórios funcionem como parte do parlamento e não dos partidos políticos, servindo como um espaço onde todas e todos possam ser recebidos. Alguns parlamentos também designam semanas de recesso para que as e os parlamentares possam se concentrar em suas funções de representação em suas circunscrições eleitorais.

Semana Distrital, Câmara dos Deputados do Chile

(Envolver): Última semana de cada mês em que as e os legisladores retornam aos seus distritos para interagir com seus eleitores e discutir qualquer questão ou preocupação, de acordo com as disposições da regulamentação parlamentar; a mesma prática acontece com o Senado.

Atribuição para despesas de representação, Congresso

dos Estados Unidos da América (Envolver): Atribuição de despesas de pessoal, gastos oficial de escritório, e despesas postais, concedidas aos membros do Congresso para o cumprimento de suas funções de representação; os fundos não podem ser usados para despesas pessoais ou de campanha.

Semana de Representação, Congresso da República do

Peru (Envolver): Cinco dias úteis a cada mês, em que as e os legisladores retornam aos seus distritos para atender reclamações e facilitar a mediação entre cidadãos e cidadãs e instituições públicas, de acordo com os regulamentos do parlamento.

Na prática

Escritórios locais temporários, Parlamento do Canadá

(Envolver): Escritório local provisório estabelecido por um período de tempo limitado por um membro do parlamento para facilitar a interação com seus eleitores e permitir atividades de divulgação pública.

Escritórios locais, Parlamento de Trinidad e Tobago

(Envolver): Um orçamento é concedido a deputados e deputadas para estabelecer um escritório local que deve ser multipartidário e de localização acessível; o orçamento pode ser concedido para subescritórios em jurisdições que têm uma população grande e geograficamente dispersa.



Guia de gestão para representação política, Congresso da República do Peru (www.congreso.gob.pe)

Guia para a e o legislador: comunicação com eleitores em dificuldades, Congress Foundation (www.congressfoundation.org)

Convenções partidárias, reuniões políticas e comitês regionais

Atores responsáveis: Partidos políticos, Legisladores

Nível de participação: Envolver



As convenções de partidos políticos podem servir para propósitos diferentes, mas geralmente são organizadas para eleger líderes, bem como para debater e aprovar plataformas políticas. Os partidos políticos podem realizar esforços com

o objetivo de aumentar a participação de seus membros e de cidadãos e cidadãs no desenvolvimento de suas plataformas eleitorais. Legisladores podem realizar reuniões políticas regularmente em suas respectivas circunscrições eleitorais em colaboração com os comitês que nela se localizam.

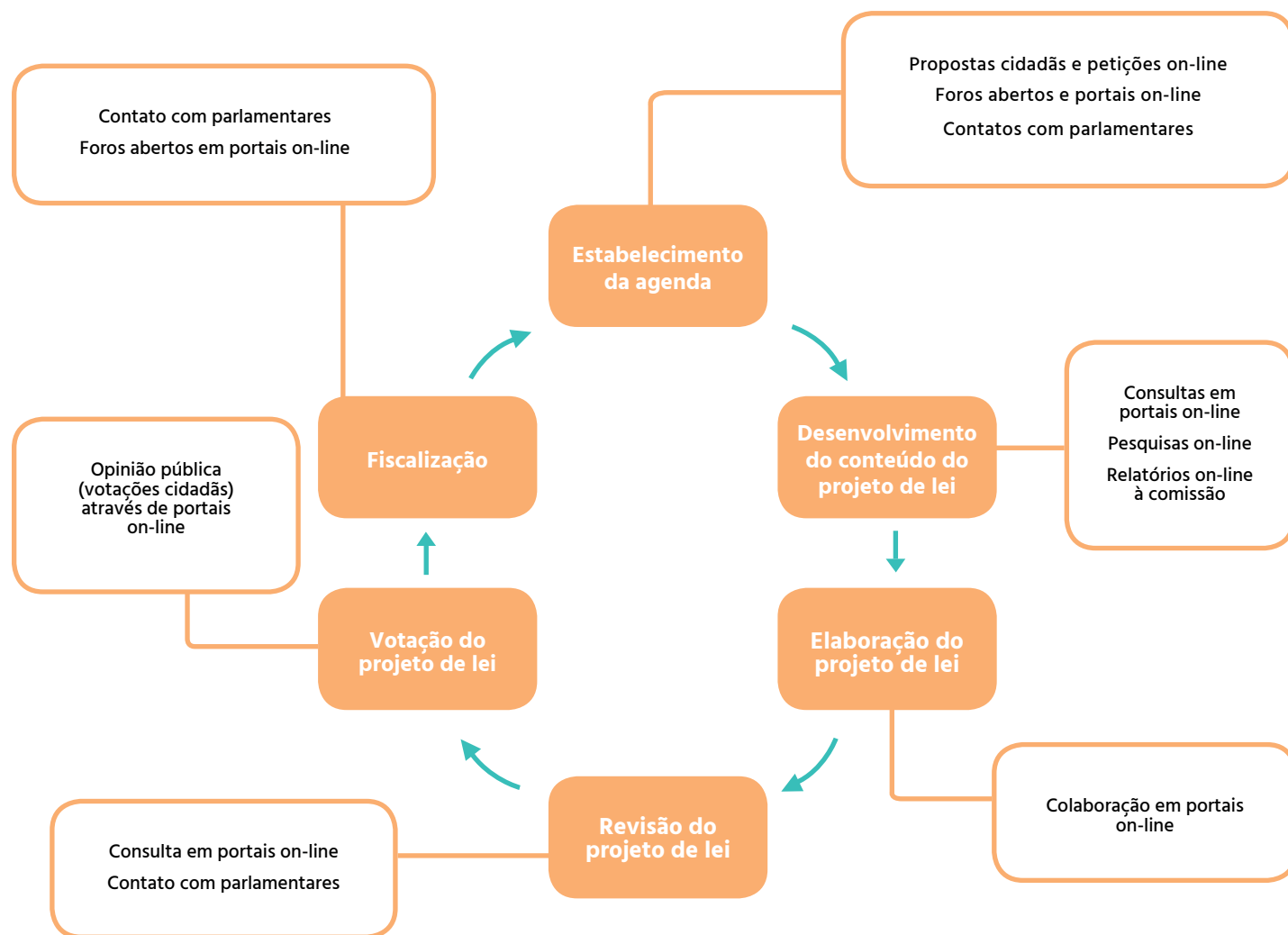


Melhores práticas para partidos efetivos: três módulos de treinamento para partidos políticos, Instituto Nacional Democrático (www.ndi.org)

Ferramentas digitais

Muitas das formas de participação cidadã mencionadas acima se tornaram mais acessíveis através de mecanismos digitais. Além disso, novas ferramentas foram desenvolvidas para coletar e sintetizar amplamente as contribuições da cidadania, com o suporte de algoritmos para identificar características comuns entre os inúmeros comentários recebidos. As ferramentas

digitais também podem ser úteis na medida em que permitem que a cidadania participe de forma remota e, em alguns casos, anonimamente, quando o medo de represálias é uma preocupação. O diagrama a seguir resume os mecanismos digitais que podem ser úteis em cada fase do processo legislativo.





Propostas cidadãs e petições on-line

Atores responsáveis: Parlamento

Nível de participação: Envolver

Os parlamentos podem adotar procedimentos para administrar a recepção das propostas legislativas das e dos cidadãos e cidadãs e, sua apresentação antes da sessão plenária. A apresentação dessas propostas através de um processo eletrônico também pode facilitar o intercâmbio de informações, coexistindo com práticas que permitem a participação presencial para garantir que o processo inclua cidadãos e cidadãs com acesso desigual às ferramentas digitais. Geralmente, esses procedimentos incluem critérios para a apresentação de propostas da cidadania em sessões plenárias, como exigir o apoio de um ou mais legisladores e/ou um determinado número de assinaturas de cidadãos e cidadãs.

Na prática

Petições on-line, Câmara dos Comuns do Canadá

(Envolver): Plataforma on-line para criar petições eletrônicas que são apresentadas à Câmara dos Comuns e submetidas à discussão para obter uma resposta do governo após um processo que permite o apoio da cidadania e do parlamento.

Iniciativas Cidadãs, Assembleia Legislativa da Costa Rica

(Envolver): Proposta legislativa cidadã escrita com assistência técnica do Escritório de Participação Cidadã; requer o apoio de 5% da população eleitoral registrada para ser apresentada à Assembleia.

Proposta legislativa, Assembleia Nacional do Equador

(Envolver): Propostas legislativas apresentadas pela sociedade civil que devem ter o apoio de 0,25% das pessoas inscritas no cadastro eleitoral, ou 1% no caso de reformas constitucionais; Essas propostas podem ser enviadas on-line através do site da Assembleia Nacional.

Iniciativas Cidadãs, Assembleia Nacional do Panamá

(Envolver): Propostas legislativas de cidadãos e cidadãs, apresentadas à Direção Nacional para a Promoção da Participação Cidadã; as propostas podem ser um tema que precisa ser legislado, juntamente com uma explicação, ou um projeto de lei.

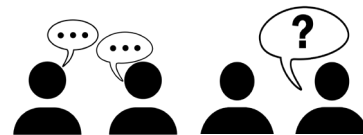


www.change.org

Portais on-line e aplicativos móveis

Atores responsáveis: Parlamento

Nível de participação: Consultar, Envolver



Portais on-line e aplicativos móveis podem ser ferramentas convenientes para acomodar diferentes mecanismos de participação eletrônica, além de compartilhar o trabalho dos parlamentos em linguagem simples. As várias funções dessas plataformas são úteis nas diferentes etapas do processo legislativo. Para contribuir com o estágio de estabelecimento da agenda, os cidadãos podem fazer uso de fóruns abertos, eventos ou bate-papos on-line para apresentar preocupações sobre qualquer tópico e propor soluções. Também é possível integrar funções de participação coletiva que permitem contribuições diretas na elaboração de projetos de lei, juntamente com funções interativas que permitem enviar perguntas às comissões ou sessões plenárias ao vivo. Finalmente, as funções de votação podem ser incluídas para que os usuários possam comentar sobre propostas de projetos de lei ou questões tratadas pelo parlamento através da votação on-line.

Na prática

Deliberação e interação pública, Legislativo da Cidade de Buenos Aires (Consulta): Iniciativa do Legislativo da Cidade em parceria com uma ONG que usou um software de código aberto, DemocracyOS, em que cidadãos e cidadãs podem classificar os projetos de lei por ordem de prioridade e, comentar os 3 projetos de lei mais populares; daí, essas 3 propostas passam a ser discutidas no plenário e submetidas à votação.

Portal e-Democracia, Congresso do Brasil (Envolver): Portal on-line que permite à cidadania apresentar questões legislativas para discussão on-line ou, comentários sobre propostas legislativas específicas. Legisladores podem consultar este portal para conhecer os pontos de vista das e dos cidadãos e cidadãs.

Senador Virtual, Senado do Chile (Consultar): Portal on-line que disponibiliza à cidadania alguns dos projetos de lei que estão sendo debatidos no Senado; permite receber comentários e votos das e dos cidadãos e cidadãs sobre todos os projetos de lei ou aspectos específicos de cada projeto.

Mi Senado, Senado da Colômbia (Consultar): Aplicação móvel que permite que a cidadania entre em contato com as e os senadores e senadoras, controle sua participação, veja as agendas plenárias e os projetos de lei propostos, acesse as sessões do parlamento ao vivo, vote nos projetos de lei propostos, bem como permite que as e os senadores e senadoras vejam os resultados dos votos dos cidadãos/cidadãs em tempo real e os exiba nas sessões plenárias.

Projeto Madison: Plataforma Legislativa de Participação Coletiva, Fundação OpenGov Estados Unidos (Involucrar): Ferramenta experimental de código aberto que permite à cidadania acessar a legislação atual, deixar comentários, anotar conteúdo específico e interagir com outros participantes com interesses cívicos.

Suporte ao orçamento participativo com uma página na web e uma aplicação móvel, Caribbean Open Institute e Escola de Negócios e Gestão, Universidade das Índias Ocidentais, Jamaica (Envolver): Projeto piloto para expandir a participação cidadã na alocação, controle e supervisão de fundos para o desenvolvimento dos distritos eleitorais por meio de uma página na web e um aplicativo móvel que mostra os itens orçamentários e permite a votação das alocações propostas.

Fóruns Legislativos Virtuais, Congresso do Peru (Consultar): Mecanismo virtual de participação cidadã em que cidadãos e cidadãs e instituições podem enviar suas opiniões e/ou sugestões sobre os projetos de lei que estão sendo analisados nas comissões ordinárias.

Aplicativo móvel da Assembleia Nacional, Assembleia Nacional do Suriname (Consultar): Aplicativo móvel que facilita o acesso à informação parlamentar e permite enviar comentários aos membros da Assembleia Nacional.

ParlView, Parlamento de Trinidad e Tobago (Envolver): Serviço de divulgação pela Internet que disponibiliza transmissões em tempo real de sessões parlamentares e permite à cidadania enviar perguntas aos/as secretários/as da comissão durante as audiências públicas.

Contato virtual com parlamentares

Atores responsáveis: Legisladores

Nível de participação: envolver

Por meio de e-mail e websites and páginas on-line pessoais, legisladores podem dialogar com seus representados sobre questões de interesse, que servem de referência para definir a agenda ou contribuir com determinada legislação

específica. Esta relação pode ser gerenciada de forma mais eficaz com a ajuda de tecnologia apropriada, como software para gerenciamento de casos.



Indicações de sites de líderes eleitos, Samara (www.samaracanada.com)

Digitalizando os parlamentares, Doteveryone (projects.doteveryone.org.uk)

Relatórios on-line à comissão

Atores responsáveis: Comissão

Nível de participação: Envolver

A cidadania pode ter a oportunidade de apresentar relatórios às comissões quando estas estiverem estudando projetos de lei ou questões específicas, o que pode ser útil se as testemunhas, especialistas ou partes interessadas não puderem participar pessoalmente de uma reunião da comissão. Os relatórios também podem ajudar a participação mais efetiva de testemunhas. Geralmente, os relatórios são distribuídos aos membros da comissão para a respectiva discussão em sessões de comissão, e então passam a fazer parte dos registros permanentes.

Na prática

Apresentação de relatórios à Câmara dos Comuns, Câmara dos Comuns do Canadá (Envolver): Relatórios escritos pela cidadania ou organizações em que opiniões, comentários ou recomendações são dadas sobre um assunto que está sendo estudado por uma comissão parlamentar.



Consultas on-line

Atores responsáveis: Comissão, Legisladores

Nível de participação: Consultar

As pesquisas on-line podem ser uma ferramenta útil para as comissões na medida em que lhes permite conhecer a opinião da cidadania durante o estudo de um projeto, desenvolver conteúdo de um projeto de lei ou fortalecer a compreensão de legisladores sobre os pontos de vista de seus representados. Também permite fazer pesquisas por e-mail ou telefone, caso seja mais conveniente para as e os cidadãos e cidadãs.

Na prática

Consulta eletrônica, Câmara dos Comuns do Canadá (Consultar): Consultas eletrônicas feitas pela Comissão Especial sobre reforma eleitoral como parte do estudo das propostas sobre o assunto na referida comissão.

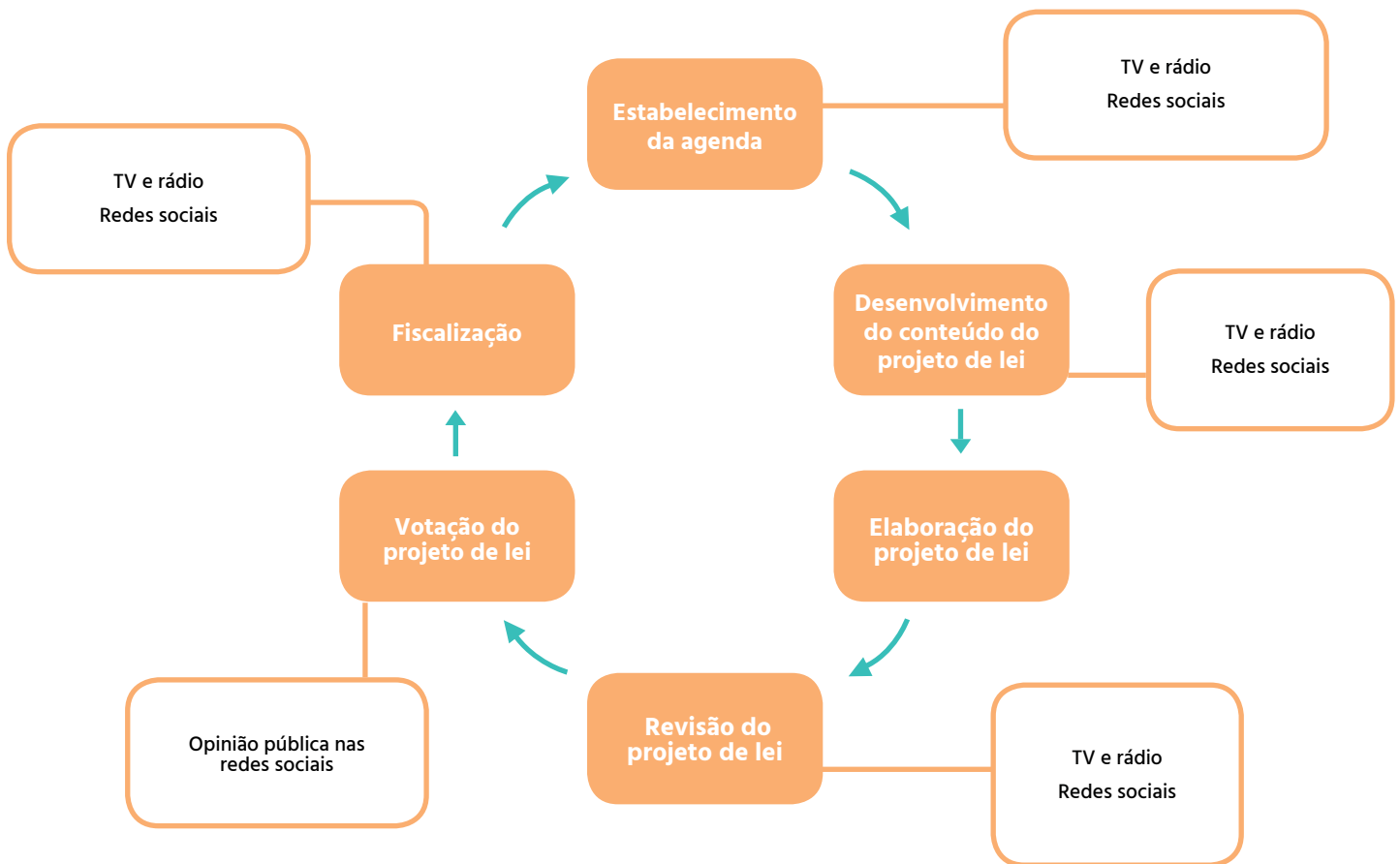
Pesquisas on-line, Governo do México (Consultar): Pesquisas on-line desenvolvidas pelo Governo do México para conhecer a opinião cidadã sobre questões prioritárias, incluindo assuntos a serem considerados antes da elaboração do projeto de lei.



Mídias tradicionais e redes sociais

As mídias tradicionais, como televisão e rádio, bem como as redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e SnapChat, também oferecem alternativas para a participação

cidadã no processo legislativo. O diagrama a seguir resume onde os meios específicos podem ser úteis no processo legislativo.



Redes Sociais

Atores responsáveis: Legisladores, Comissão, Parlamento

Nível de participação: Consultar, Envolver

As redes sociais mais utilizadas são Facebook, Instagram, Twitter e SnapChat. Legisladores podem usar todos esses aplicativos para interagir on-line com seus eleitores/as e responder suas perguntas. Do mesmo modo, o Facebook Live pode ser utilizado para realizar reuniões locais que serão transmitidas ao vivo, permitindo aos legisladores receber comentários/perguntas da cidadania em tempo real. Pesquisas também podem ser utilizadas para obter a opiniões dos representados sobre um tópico específico.



Melhores práticas para o uso de redes sociais por parlamentares, ParlAmericas (www.parlamericas.org)

Diretrizes para o uso das mídias sociais pelos parlamentos, União Interparlamentar (www.ipu.org)

Enquetes no Twitter (help.twitter.com/en/using-twitter/twitter-polls)

Pesquisas no Facebook (apps.facebook.com/my-polls)



Na prática

Personalizando aplicações do Facebook, Parlamento

Europeu (Envolver): Aplicações personalizadas na página do Parlamento Europeu que permitem aos usuários acessar informações parlamentares e conversar com membros do Parlamento Europeu.

Televisão e rádio

Atores responsáveis: Legisladores, Parlamento

Nível de participação: Consultar, Envolver

Legisladores, por conta própria ou como membros de uma comissão, podem participar de programas de televisão ou rádio onde cidadãos e cidadãs têm a oportunidade de ligarem para fazer perguntas e interagir com eles. Esses programas podem ser transmitidos em diferentes canais de comunicação ou, podem ser organizados pelo parlamento.



Na prática

Qualidade 100.7 FM, Barbados (Consultar): Estação de rádio que transmite sessões parlamentares ao vivo e realiza programas em que cidadãos e cidadãs podem ligar e fazer comentários dirigidos ao parlamento.

Programas de rádio Contigo Sempre e Portas Abertas, Assembleia Nacional do Equador (Envolver): Programas de rádio que incluem espaços de diálogo com a cidadania, além de divulgar atividades e questões abordadas pela Assembleia Nacional.

Governando com o povo, Presidência de El Salvador (Envolver): Programa de televisão e rádio em que o presidente de El Salvador interage com a cidadania para discutir questões e políticas nacionais. Muitas vezes, ministros e funcionários públicos acompanham o presidente para oferecer respostas precisas sobre questões relevantes.

Estudo de modelos de co-criação

Co-criar soluções com a cidadania é uma metodologia emergente de colaboração promovida pela **Aliança para o Governo Aberto**¹³ com o objetivo de resolver problemas e desenvolver políticas dentro do Poder Executivo. Atualmente, alguns parlamentos implementaram essa metodologia como parte do processo de definição da agenda, especificamente em torno de questões relacionadas à transparência, prestação de contas, participação cidadã e ética, com o objetivo de desenvolver planos de ação em conjunto com organizações da sociedade civil e aumentar a confiança cidadã no parlamento. Este tipo de colaboração também pode ser útil no desenvolvimento de reformas parlamentares para facilitar a participação cidadã ou, no desenvolvimento de uma estratégia específica sobre esta questão. Os parlamentos também podem examinar se a metodologia de co-criação será eficaz em outras etapas do processo legislativo.

A co-criação eficaz inclui a participação precoce e direta de atores e das principais partes interessadas no co-desenvolvimento do processo, na tomada de decisões conjuntas e no monitoramento dos impactos decorrentes das decisões adotadas, bem como nos resultados que emergem do co-criação. O referido processo também pode incluir uma maior participação cidadã, além dos grupos de interesse, que participaram no início deste processo por meio de consultas bidirecionais mais amplas. A seguir oferecemos um resumo das etapas para iniciar um processo de co-criação promovido de acordo com os Padrões de participação e co-criação da **Aliança para o Governo Aberto**¹⁴, adaptado para atores parlamentares:

Na prática

Plano de ação do Parlamento Aberto, Congresso do Chile

(Colaborar): Plano de ação para abertura legislativa co-desenvolvido e co-adotado pelo Congresso e organizações da sociedade civil.

Plano de ação para um Congresso Aberto e Transparente, Congresso da Colômbia

(Colaborar): Plano de ação para a abertura legislativa co-desenvolvido e co-adotado pelo Congresso e organizações da sociedade civil, entidades governamentais em nível nacional e organizações internacionais.

Plano de ação para um Governo Aberto, Assembleia Legislativa da Costa Rica

(Colaborar): Compromisso com a abertura legislativa número 8 no Plano de Ação para um Governo Aberto, co-desenvolvido e co-adotado pelo parlamento e organizações da sociedade civil.

Plano de ação para a Aliança do Governo Aberto, Assembleia Nacional da França **(Colaborar):** Plano de ação nacional para abertura legislativa co-desenvolvido e co-adotado pela Assembleia Nacional da França e organizações da sociedade civil, incluindo contribuições da cidadania.

Conselho parlamentar permanente sobre governo aberto e transparente, Parlamento da Geórgia

(Colaborar): Conselho permanente, formado pelo presidente do parlamento, um membro do parlamento de cada partido político e um representante dos membros independentes, cujo papel é co-criar, co-complementar e coordenar os planos de ações para a abertura legislativa em aliança com um grupo consultivo de sociedade civil e organizações internacionais.

Plano de Ação para o parlamento aberto, Congresso da Guatemala

(Colaborar): Plano de ação para a abertura legislativa co-desenvolvido e co-adotado pelo Congresso e organizações da sociedade civil que formaram a Aliança para um Congresso Aberto.

Plano de Ação para o parlamento aberto, Congresso do Paraguai

(Colaborar): Plano de ação para a abertura legislativa co-desenvolvido e co-adotado pelo Congresso e organizações da sociedade civil que formaram a Aliança para um Parlamento Aberto - Paraguai.

¹³ Aliança para o Governo Aberto (www.opengovpartnership.org)

¹⁴ Padrões de participação e co-criação, Aliança para o Governo Aberto (www.opengovpartnership.org)

1- Anunciar o processo de co-criação

- Publicar os detalhes do processo de co-criação no site do parlamento, incluindo a pessoa de contato e o repositório de documentos que fornecem um registro histórico do assunto que está sendo abordado.
- Comunicar informações sobre o assunto em questão aos grupos e partes interessadas, a fim de garantir que estejam devidamente informados e preparados para participar do processo.
- Facilitar um mecanismo de comunicação direta com grupos e partes interessadas para responder suas perguntas sobre o processo.

2- Criar um fórum multissetorial para monitorar o processo e promover a co-propriedade

- Criar um fórum formado por parlamentares e representantes não-governamentais que se reúna regularmente presencial ou virtualmente.
- Designar uma entidade ou representantes do parlamento que tem autoridade para adotar propostas ou apresentá-las ao parlamento.
- Escolher representantes não governamentais através de um processo justo e transparente.
- Desenvolver conjuntamente as funções, membros e governança do fórum (por exemplo, determinar a frequência das reuniões, a definição da agenda, a forma como as decisões serão tomadas, a forma como os conflitos serão tratados, o nível de detalhe das minutas, etc.).
- Para mais informações, consulte **Definição e Administração de um Fórum Multissetorial do OGP**¹⁵.

3- Fornecer oportunidades para maior participação cidadã

- Desenvolver uma metodologia adequada para alcançar uma maior participação cidadã que inclua uma combinação de reuniões abertas e participação on-line, envolver grupos em todo o país, quando apropriado, considerar estratégias para a inclusão de grupos tradicionalmente marginalizados e estar aberto por um período de tempo adequado.
- Fornecer informações ao público sobre suas oportunidades de participar com bastante antecedência.
- Realizar atividades de divulgação e conscientização para ampliar a participação.
- Implementar a metodologia de participação planejada, documentar o processo e reunir informações para o fórum multissetorial.

4- Tomar decisões em conjunto

- Comunicar e informar proativamente sobre decisões, atividades e resultados ao parlamento e ao público.
- Fornecer oportunidades para que parlamentares discutam com outros membros do fórum multissetorial sobre as prioridades do parlamento e a viabilidade política de adotar as ações propostas pela cidadania/sociedade civil.
- Revisar as propostas das decisões a serem adotadas com o fórum multissetorial, discutir quaisquer comentários, registrar as decisões finais e articular claramente os motivos dessas decisões.

5- Monitorar a implementação

- Realizar reuniões multissetoriais do fórum para monitorar a implementação das decisões tomadas e discutir como eventuais inconveniências podem ser melhoradas.
- Preparar um relatório de avaliação.

¹⁵ Design e Administração de um Fórum Multissetorial do OGP, Aliança para o Governo Aberto (www.opengovpartnership.org)

Marco jurídico da participação cidadã

Considerar a natureza jurídica do direito da cidadania em participar do processo legislativo de tomada de decisão é importante quando se desenvolve uma estratégia para esse fim. Este direito pode vir diretamente da Constituição ou, derivar de outros direitos constitucionais que podem ou não ser aplicáveis. Também pode ser fortalecido através de leis e regulamentos que regem a participação cidadã no processo legislativo.

Nas Américas e no Caribe, os marcos jurídicos existentes, incluindo os regulamentos parlamentares que regem a participação cidadã no processo legislativo, geralmente são limitados às iniciativas legislativas e consultas à cidadania, realizadas pelas comissões parlamentares. Uma tabela de análise comparativa desses marcos foi desenvolvida na publicação **Marcos Normativos para a Participação Cidadã no Processo Legislativo das Américas e do Caribe**¹⁶.

Na primeira reunião de co-criação para desenvolver este guia prático, as organizações da sociedade civil defenderam a adoção de leis e disposições formais para garantir a participação cidadã no processo legislativo e, estabelecer regras e procedimentos para tal participação. As leis podem fortalecer o direito de participação cidadã, na medida em que possam ser legalmente aplicáveis. Porém, podem exigir a adoção de regulamentos e também serem difíceis de modificar. Além disso, esse mecanismo poderia encorajar o parlamento a incorporar a participação cidadã ao longo do processo legislativo e torná-la obrigatória em alguns casos. Os regulamentos correspondentes poderiam determinar as instâncias e mecanismos através dos quais a cidadania poderia oferecer contribuições, bem como determinar quem é responsável pela gestão dos processos de participação e ilustrar a forma como são consideradas as contribuições cidadãs.

Para analisar esta questão, parlamentares, cidadãos/cidadãs e sociedade civil podem considerar as seguintes questões¹⁷:

Se um instrumento que rege as consultas públicas é vinculativo (lei ou regulamento), ou deveria ser um instrumento “mais suave”, como um código de conduta, que sirva para esse propósito?

As consultas públicas obrigatórias devem incluir apenas leis, outros atos ou qualquer documento de política pública?

As consultas públicas obrigatórias devem ser exclusivas dos órgãos executivos (consultas durante o processo de elaboração de propostas a serem legisladas), ou também dos órgãos legislativos (consultas após a apresentação de uma proposta ao parlamento)?

É necessário estabelecer um alcance mínimo e máximo de consultas?

É necessário e justificado estipular exceções nas consultas públicas obrigatórias?

Que tipo de sanções por descumprimento das obrigações exigidas para a consulta refletirão adequadamente a natureza jurídica de um instrumento que foi selecionado para governar a participação pública?

Quem é a outra parte nas consultas: deve ser ampliado para organizações comerciais de direito privado (sociedades), ou apenas a cidadãos/cidadãs e a organizações da sociedade civil, incluindo associações de empregadores?

¹⁶Marcos Normativos para a Participação Cidadã no Processo Legislativo das Américas e do Caribe, ParlAmericas (www.parlamericas.org)

¹⁷Participação cidadã em processos legislativos: uma breve excursão através das melhores práticas europeias (2008), Centro Europeu para a Lei sem Fins Lucrativos (www.ecnl.org)



Secretaria Internacional do ParlAmericas
710 - 150 Wellington St., Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canada

Telefone: + 1 (613) 594-5222 | Fax: + 1 (613) 594-4766

www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

